

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do PSD há mais de três anos que denuncia e alerta o Ministério da Educação para o agravamento das condições de funcionamento das escolas públicas, designadamente a falta de assistentes operacionais.

Depois de uma legislatura a adiar decisões, a desvalorizar carências óbvias de resposta nas escolas derivadas da necessidade de contratação de 3.370 funcionários em falta só para cobrir as necessidades que advieram da mera alteração do horário de trabalho para as 35h semanais, o atual governo foi incapaz, por opção política, de repor e garantir nas escolas o mesmo nível de resposta funcional de 2015, quer dos assistentes operacionais, quer dos assistentes técnicos, sendo que nas escolas básicas e secundárias essa carência é mais sentida.

Na realidade, apesar dos muitos anúncios, das muitas promessas, já perto do final do ano letivo, em 2019, ainda estão em falta mais de 1500 funcionários nas escolas. E, dos mais de 3 mil e 300 assistentes operacionais em falta para garantir o mesmo nível de resposta de 2015, sem incluir as aposentações, óbitos e baixas que se calcula serem cerca de 800 nos últimos 3 anos, só cerca de 2 mil chegaram às escolas ao longo destes anos de governação socialista. Vem agora, em 2019, o Ministro e a Secretária de Estado anunciar, em ano de eleições, mais 1000 AO para as escolas. Ora, acontece que, não só esse número não representa um reforço nominal efetivo de funcionários nas escolas, representando meramente a abertura de concursos de regularização de vínculos para pessoal que já estava nas escolas, como ainda esses concursos de vinculação lançados pelas escolas foram anulados por decisão do Ministério da Educação. Mais um caso evidente de incompetência e descoordenação do Governo que se traduz não só num desperdício de verbas públicas, como num esforço suplementar nos já diminuídos orçamentos das escolas e atraso no processo.

A esta realidade acrescentam-se ainda as limitações da portaria dos rácios e da dotação do pessoal não docente das escolas e agrupamentos de escolas, publicada apenas em final do ano letivo de 2017/2018. As denúncias de não cumprimento do estabelecido na Portaria n.272-A/2017, de 13 de setembro, sucedem-se. É o caso do Agrupamento de Escolas Oliveira Júnior, em São João da Madeira.

Na escola sede deste agrupamento, com mais de 1400 alunos do 5.º ao 12.º ano, apesar de estarem destacados 23 assistentes operacionais, na realidade estão em exercício apenas 21, em dois turnos de trabalho para garantir o integral horário de funcionamento da escola. E desses 21, devido à necessária alocação funcional para garantir todos os serviços, apenas 9 podem ser destacados para dar assistência a 82 salas de aula (9 laboratórios), 33 instalações sanitárias, 1 auditório com capacidade para 200 pessoas, 3 salas de professores e cantina (em que alguns dias serve cerca de 700 refeições). Uma carência evidente que, por razões de segurança dos alunos, obriga a que espaços exteriores e o próprio pavilhão gímnodesportivo sejam encerrados e vedados à circulação dos alunos. De facto, apesar de aparentemente o rácio estar a ser formalmente cumprido, não só na realidade não o é, como, ao contrário do que o Ministério afirma, o número de funcionários não está adequado às necessidades reais da escola e dos alunos, visto só ter em conta o número de alunos e não considerar a área e o número de equipamentos da escola que, também, precisam de acompanhamento ao nível da higienização, limpeza e segurança, retirando tempo para a execução de outros serviços.

Naturalmente, só o enorme empenhamento da comunidade escolar, que no desempenho das suas funções vai muito para além das suas obrigações, tem permitido ultrapassar provisoriamente a carência agravada destes trabalhadores que coloca em causa o normal funcionamento das escolas e prejudica alunos, professores e famílias. Mas esta é uma situação que não é passível de ser mantida. A gravidade da situação, a ausência de resposta da tutela e das autoridades competentes, conduziram a que, no passado dia 9 de maio, a comunidade se manifestasse publicamente, encerrando a escola.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vem, por intermédio de Vossa Excelência, dirigir ao Governo, através do Ministro da Educação, as seguintes perguntas:

- O Ministro da Educação está ao corrente da situação exposta?
- Está o Ministério disponível para resolver o problema efetivo de falta de funcionários?
- Para quando a resposta a esta grave e intolerável situação?

Palácio de São Bento, 18 de maio de 2019

Deputado(a)s

SUSANA LAMAS(PSD)

MARGARIDA MANO(PSD)

Deputado(a)s

PEDRO PIMPÃO(PSD)

MARIA GERMANA ROCHA(PSD)

AMADEU SOARES ALBERGARIA(PSD)

ANTÓNIO TOPA(PSD)

BRUNO COIMBRA(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

REGINA BASTOS(PSD)

RUI CRUZ(PSD)